

MP Eleitoral pede condenação do prefeito de Rolim de Moura por uso de certificado escolar falso em registro de candidatura



Ministério Público sustenta que documento apresentado no registro de candidatura de 2020 é materialmente falso e requer condenação com base no Código Eleitoral.

PÁGINA 03

Em encontro com Marcos Rogério, líder sindical Almir José afirma que PEC 47 pode injetar R\$ 3 bilhões na economia de Rondônia

PÁG. 02



Prefeitura de Porto Velho garante gratificação permanente de R\$750,00 para 636 servidores da limpeza urbana

PÁG. 05

Condenado por improbidade, Ezequiel Neiva tem embargo de declaração rejeitado pelo Tribunal de Justiça



Embargos foram rejeitados por unanimidade, mas defesa sustenta que situação eleitoral do parlamentar permanece inalterada.

PÁGINA 02

Brasil enfrentará Austrália e Índia na primeira Data Fifa pós-Copa do Mundo



Equipe comandada por Carlo Ancelotti inicia preparação para a Copa do Mundo de 2030 com três partidas internacionais entre setembro e outubro.

PÁGINA 08

Confúcio Moura desiste da disputa pela reeleição ao Senado e afirma que seguirá no mandato até o fim



Senador anunciou decisão por meio de nota pública e atribuiu a desistência às mudanças no cenário político e partidário ocorridas nos últimos dias.

PÁGINA 03

Condenado por improbidade, Ezequiel Neiva tem embargo de declaração rejeitado pelo Tribunal de Justiça

O Tribunal de Justiça de Rondônia (TJRO) rejeitou os embargos de declaração apresentados pela defesa do deputado estadual Ezequiel Neiva (PL), mantendo a decisão anteriormente proferida pela Corte em processo judicial envolvendo o parlamentar. A análise ocorreu na Câmara Especial do tribunal, que entendeu não haver omissões, contradições ou obscuridades capazes de justificar a alteração do acórdão.

De acordo com o entendimento dos desembargadores, os argumentos apresentados pela defesa buscavam rediscutir o mérito da decisão já proferida, finalidade incompatível com os embargos de declaração, recurso destinado apenas à correção de eventuais falhas formais na decisão judicial.

Apesar da rejeição do recurso, os advogados do parlamentar sustentam que a decisão não produz efeitos imediatos sobre sua situação eleitoral. Segundo a defesa, ainda existem medidas judiciais cabíveis e o processo não representa, neste momento, impedimento para eventual candidatura nas eleições.

Os defensores ressaltam que eventual discussão sobre inelegibilidade dependerá da análise da Justiça Eleitoral no momento oportuno, observando a legislação vigente e o trânsito em julgado das decisões judiciais.

O caso segue tramitando no âmbito do Poder Judiciário e poderá ser objeto de novos recursos perante os tribunais superiores, conforme a estratégia jurídica adotada pela defesa.

O que diz a defesa

Em nota, a defesa do parlamentar afirmou que a rejeição dos embargos de declaração não gera, por si só, qualquer efeito automático de inelegibilidade. Segundo os advogados, a decisão apenas manteve o acórdão anteriormente proferido, sem alterar a situação jurídica do deputado sob o ponto de vista eleitoral. A defesa sustenta que eventual discussão sobre elegibilidade deverá ocorrer, se for o caso, no âmbito da Justiça Eleitoral, durante a análise de eventual pedi-



Embargos foram rejeitados por unanimidade, mas defesa sustenta que situação eleitoral do parlamentar permanece inalterada.

do de registro de candidatura, observadas as hipóteses previstas na legislação e o trânsito em julgado das decisões judiciais.

Entenda o caso

O processo tem origem em uma ação judicial que resultou na condenação do parlamentar por órgão colegiado do Tribunal de Justiça de Rondônia (TJRO). Após a publicação do acórdão, a defesa apresentou embargos de declaração, alegando a existência de omissões e pontos que deveriam ser esclarecidos pela Corte. No julgamento mais recente, os desembargadores entenderam que os argumentos apresentados não se enquadravam nas hipóteses previstas para esse tipo de recurso e decidiram, por unanimidade, rejeitar os embargos, mantendo integralmente a decisão anterior. Apesar da decisão, o processo ainda poderá ser objeto de recursos às instâncias superiores, conforme prevê a legislação processual.

Deputado diz confiar na Justiça

Por meio de sua defesa, o deputado afirmou receber a decisão com tranquilidade e reiterou sua confiança no Poder Judiciário. Segundo os advogados, a rejeição dos embargos de declaração não altera a situação jurídica do parlamentar no que diz respeito à sua elegibilidade, uma vez que esse tipo de decisão não produz efeitos automáticos nessa esfera.

O deputado também reafirmou que continuará exercendo normalmente seu mandato e disse confiar que todas as questões serão esclarecidas no decorrer da tramitação do processo.

Almir José afirma que PEC 47 pode injetar R\$ 3 bilhões na economia de Rondônia

O líder sindical Almir José, pré-candidato a Deputado Federal pelo PODEMOS, recebeu na última quinta-feira (30), em seu escritório político o senador Marcos Rogério, pré-candidato ao governo de Rondônia, em um encontro com lideranças do funcionalismo público estadual. Durante a conversa, Almir revelou um dado inédito e estratégico para a economia do Estado: com a aprovação da PEC 47, cerca de 10 mil servidores públicos estaduais devem ser transpostos para os quadros da União — movimento que deve injetar aproximadamente R\$ 3 bilhões nos cofres de Rondônia.

"É uma pena que o governador que está aí não abraçou essa PEC 47, perdeu esses 3 bi por não ter feito uma mobilização com a bancada de Rondônia", afirmou Almir, apontando que a falta de articulação política atrasou a transposição dos servidores e represou recursos que poderiam ter financiado, por exemplo, a construção de um hospital.

Relator da matéria no Senado, Marcos Rogério destacou que a PEC — aprovada por unanimidade na Casa — já avança na Câmara dos Deputados, após tramitação mais lenta, e deve ser concluída no segundo semestre deste ano. O senador também detalhou outra frente de atuação junto ao SINDSEF: a disputa sobre dedicação exclusiva no TCU, que caminha para uma audiência com o ministro Bruno Dantas depois de parecer técnico preliminar favorável à categoria de Rondônia.

No encontro, que reuniu nomes como o professor Mário Jorge, o ex-governador Daniel Pereira, o advogado Elton Assis e o prefeito de Nova Mamoré, Marcelo (coordenador da campanha de Marcos Rogério), o senador também formalizou apoio à pré-candidatura de Almir José, citando a presença do SINDSEF nos 52 municípios do Estado como um diferencial competitivo raro. "Poucas candidaturas já nascem com uma presença tão sólida em cada um dos municípios de Rondônia", disse Rogério.

Em tom de pré-campanha — período em que ainda não é permitido pedir voto —, o senador reforçou o discurso de recuperação do Estado: "Nós somos um estado rico, mas que hoje está patinando. O servidor público está sofrendo, não se sente respeitado." Segundo ele, um levantamento interno aponta que mais da metade das escolas de Rondônia carece de reformas básicas, incluindo banheiros adequados.

DIÁRIO RO
diarioro.com.br

Empresa Jornalística Voz Regional
CNPJ: 10.483.593/0001-48
Fundado em 19 de Novembro de 2008

Avenida Campos Sales, 5156 -
CEP: 76808-458 - Porto Velho - Rondônia

Jornalismo
(69) 3224-2485
jornalismo.diarioro@gmail.com

REDAÇÃO
Rua General Osório, 243,
Centro - Porto Velho - RO

Redação
diarioderondonia@gmail.com

Comercial
vozregionaladm@gmail.com
(69) 99264-1811

Os artigos e matérias são de responsabilidade dos seus autores e não refletem a opinião do veículo.

MP Eleitoral pede condenação do prefeito de Rolim de Moura por uso de certificado escolar falso em registro de candidatura

O Ministério Público Eleitoral (MPE) requereu à 29ª Zona Eleitoral de Rolim de Moura a condenação do prefeito Aldair Júlio Pereira, o Aldo Júlio (União Brasil), pelo crime previsto no artigo 353 do Código Eleitoral, que trata do uso de documento falso perante a Justiça Eleitoral. O pedido consta nas alegações finais da ação penal nº 0600013-31.2026.6.22.0029, protocoladas pelo promotor de Justiça Ivo Alex Tavares Stocco.



Ministério Público sustenta que documento apresentado no registro de candidatura de 2020 é materialmente falso e requer condenação com base no Código Eleitoral.

Segundo o Ministério Público, o processo teve origem na apresentação de um certificado de conclusão do ensino médio considerado ideologicamente falso durante o registro da candidatura de Aldo Júlio à Prefeitura de Rolim de

Moura, nas eleições de 2020. Conforme a acusação, o Centro Estadual de Educação de Jovens e Adultos (CEEJA) Aida Fibiger de Oliveira informou que nunca expediu o documento e que o prefeito jamais integrou o quadro de alunos da instituição.

A acusação aponta ainda diversas inconsistências no certificado, como assinatura incompatível com a da diretora da época, referência incorreta a portarias, divergências na modalidade de conclusão do ensino médio e numeração de livros de registros inexistentes na escola. Para o Ministério Público, as irregularidades demonstram que o documento não corresponde aos registros oficiais da unidade de ensino.

Durante a instrução do processo, coordenadores da campanha eleitoral afirmaram que receberam o certificado diretamente do candidato para anexá-lo ao pedido de registro. O próprio prefeito reconheceu, em interrogatório, que o documento integrou a documentação apresentada à Justiça Eleitoral.

A defesa sustenta que Aldo Júlio frequentou regularmente a instituição de ensino, realizou os exames exigidos e desconhecia qualquer eventual falsidade

do certificado. No entanto, o Ministério Público afirma que não há registros acadêmicos que comprovem matrícula, frequência ou conclusão dos estudos pelo prefeito na escola mencionada.

Nas alegações finais, o Ministério Público afirma que estão comprovadas a materialidade, a autoria e a consciência da ilicitude por parte do acusado e pede que a Justiça Eleitoral aplique as sanções previstas no artigo 353 do Código Eleitoral. O pedido ainda será analisado pela Justiça Eleitoral.

Caso a Justiça Eleitoral acolha o pedido do Ministério Público, o prefeito poderá ser condenado pelo crime previsto no artigo 353 do Código Eleitoral, que trata da utilização de documento falso perante a Justiça Eleitoral. A decisão, no entanto, caberá ao juiz da 29ª Zona Eleitoral de Rolim de Moura, responsável pelo julgamento da ação penal.

O processo segue em tramitação e ainda está sujeito às fases previstas na legislação, incluindo eventual apresentação de recursos pelas partes. Até que haja decisão definitiva, permanecem assegurados ao acusado o direito ao contraditório e à ampla defesa, conforme estabelece o ordenamento jurídico brasileiro.

Confúcio Moura desiste da disputa pela reeleição ao Senado e afirma que seguirá no mandato até o fim

O senador Confúcio Moura (MDB) anunciou que não disputará a reeleição ao Senado Federal nas eleições deste ano. A decisão foi comunicada por meio de uma nota divulgada em suas redes sociais, na qual o parlamentar afirmou que a escolha foi resultado de uma reflexão "profunda, serena e responsável" diante das mudanças ocorridas no cenário político e partidário.

Na mensagem, Confúcio agradeceu o apoio recebido de lideranças, prefeitos, vereadores, militantes e eleitores ao longo da construção de sua pré-candidatura. Segundo o senador, a decisão não foi simples, especialmente porque havia aceitado, durante a convenção estadual do MDB, colocar novamente seu nome à disposição da população de Rondônia.

De acordo com o parlamentar, a candidatura havia sido construída com o propósito de apresentar propostas e dar continuidade ao trabalho desenvolvido no Congresso Nacional. No entanto, ele afirmou que os acontecimentos políticos registrados nos últimos dias alteraram



Senador anunciou decisão por meio de nota pública e atribuiu a desistência às mudanças no cenário político e partidário ocorridas nos últimos dias.

significativamente as condições que sustentavam o projeto eleitoral, motivando sua retirada da disputa.

Apesar de abrir mão da tentativa de conquistar um novo mandato, Confúcio Moura garantiu que permanecerá no exercício do cargo até o último dia do mandato. O senador destacou que continuará atuando para assegurar recursos, acompanhar obras, defender projetos e cumprir os compromissos assumidos com o estado de Rondônia.

Em sua manifestação, o parlamentar também reafirmou o respeito pela trajetória construída ao lado do MDB e agradeceu ao partido pela parceria ao longo dos anos. Segundo ele, a decisão foi tomada de forma consciente e sem abrir mão do compromisso com a população rondoniense.

Ao encerrar a nota, Confúcio Moura afirmou deixar a disputa com tranquilidade e a consciência de ter dedicado grande parte de sua vida ao serviço público. O senador ressaltou que continuará trabalhando em favor de Rondônia e declarou ser grato pela oportunidade de representar o estado no Senado Federal.

Com a desistência de Confúcio Moura, o cenário da disputa pelas duas vagas ao Senado em Rondônia passa por uma reconfiguração, abrindo espaço para novas articulações partidárias e mudanças na composição das chapas para as eleições deste ano. A decisão também deve influenciar as estratégias das principais forças políticas na definição de alianças e candidaturas para o pleito.

Golpe da falsa central: Justiça manda banco devolver R\$ 55 mil a idosa enganada por estelionatários

A 2ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Rondônia manteve a condenação de um banco a restituir R\$ 55.250,00 e a pagar R\$ 5.000,00 de indenização por danos morais a uma cliente idosa vítima do chamado "golpe da falsa central de atendimento". A decisão, unânime e relatada pela desembargadora Inês Moreira da Costa, foi proferida no dia 27 de julho e negou o recurso da instituição financeira.

No processo julgado em Rondônia, a autora recebeu a ligação de um falso funcionário do banco, que já detinha informações específicas sobre a conta e os investimentos dela. Convencida de que o contato era legítimo, a consumidora foi até a agência e, com auxílio de um atendente, resgatou uma aplicação e transferiu praticamente toda a

sua reserva financeira por TED e PIX.

Ao julgar o caso, o Tribunal entendeu que esse tipo de golpe é um risco que faz parte do próprio negócio bancário — e que, por isso, cabe ao banco preveni-lo. Para a relatora, a segurança de uma instituição financeira vai muito além de senha, cartão ou biometria: o banco também tem o dever de ficar atento ao comportamento do cliente e de acender um sinal de alerta quando alguém, de uma hora para outra, movimentar quantias fora do seu padrão habitual.

No caso julgado, a idosa esvaziou praticamente toda a sua reserva em transferências completamente atípicas, e o banco não mostrou ter feito qualquer bloqueio ou pedido de confirmação diante de operações tão fora do comum.

Como existem leis que responsabilizam a instituição justamente por essa falha de segurança, o Tribunal decidiu que ela deve arcar com o prejuízo. Atuam na causa os advogados Marcos Emanuel Araújo Pires e Rafael Simões de Souza, do escritório SAB, na Messias Maciel Advocacia.

O acórdão também rejeitou a tese de "culpa exclusiva da vítima". Para os julgadores, o fato de a consumidora ter seguido as instruções dos criminosos não afasta a responsabilidade do banco, sobretudo diante da sofisticação do golpe e da condição de hipervulnerabilidade da pessoa idosa.

Um alerta de utilidade pública

Casos como esse se multiplicam e atingem, com frequência,

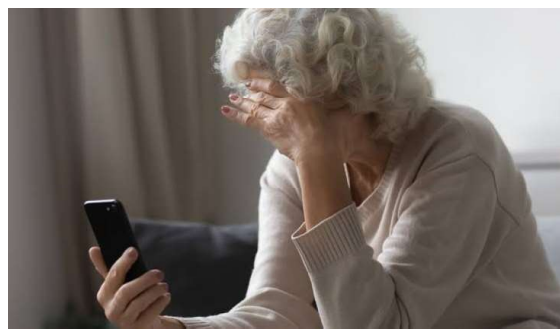


Foto: Ilustração.

quem tem menos familiaridade com a tecnologia. Vale reforçar o cuidado básico: nenhum banco pede, por telefone, que o cliente resgate aplicações, faça transferências ou "confirme" dados sigilosos. Na dúvida, o correto é desligar e procurar a agência ou os canais oficiais.

Do ponto de vista jurídico, o idoso conta com uma rede de proteção específica. O Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741/2003) assegura a essa parcela da população prioridade e proteção especial em suas

relações, o que o Judiciário tem levado em conta ao reconhecer a hipervulnerabilidade da vítima nesse tipo de fraude. Somado ao Código de Defesa do Consumidor, esse arcabouço permite que a pessoa lesada busque tanto a devolução dos valores quanto a reparação pelos danos sofridos.

Famílias que passem por situação semelhante devem guardar comprovantes das operações, registrar boletim de ocorrência e procurar orientação jurídica.



Porte de arma pode ser ampliado para 13 categorias profissionais

ameaças, conflitos durante o exercício da função e atuação em áreas com pouca segurança.

Mesmo com a aprovação nas comissões, as mudanças ainda não garantem autorização para que esses trabalhadores andem armados. As propostas precisam cumprir outras etapas de tramitação no Congresso antes de uma eventual aprovação final e entrada em vigor.

Quais profissões podem ganhar porte de arma no Brasil?

Os projetos em discussão no Congresso Nacional citam 13 categorias profissionais que podem entrar na lista de trabalhadores autorizados a solicitar porte de arma de fogo no Brasil. As propostas defendem que essas atividades apresentem situações de risco, ameaças ou exposição durante o trabalho.

Entre as profissões estão: Advogados; Corretores de imóveis; Agentes de trânsito; Fiscais ambientais; Servidores efetivos do Procon; Vigilantes; Guardas civis municipais; Médicos

veterinários; Auditores-fiscais federais agropecuários; Técnicos de fiscalização federal agropecuária; Auditores-fiscais da Receita Federal; Auditores-fiscais do Trabalho; Membros da advocacia pública federal e estadual.

Caso os projetos sejam aprovados, cada profissional ainda precisará cumprir exigências legais, apresentar documentos, comprovar capacidade técnica, passar por avaliação psicológica e seguir as regras definidas pelos órgãos responsáveis.

Novas profissões podem ser incluídas entre as categorias autorizadas a solicitar o porte de arma de fogo no Brasil. As propostas ainda não entraram em vigor, mas avançaram no Congresso Nacional após a aprovação de projetos em comissões da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Entre os profissionais que podem

ser beneficiados estão advogados, corretores de imóveis, vigilantes, agentes de trânsito, fiscais ambientais e médicos veterinários, além de outras categorias previstas nos textos em análise (veja a lista completa abaixo).

Os projetos argumentam que essas atividades envolvem exposição a riscos, como

Concurso leiteiro da 37ª Expoagro terá R\$ 25 mil em premiação em Rolim de Moura

O concurso leiteiro será uma das principais atrações da programação agropecuária da 37ª Expoagro de Rolim de Moura. A competição acontecerá entre os dias 4 e 8 de agosto e distribuirá R\$ 25 mil em dinheiro, além de outros prêmios destinados aos participantes.

De acordo com Marcelo, dez produtores já confirmaram participação, totalizando 20 animais inscritos nas categorias Vaca e Novilha. Para entrarem no Parque de Exposições Governador Jorge Teixeira, os animais deverão estar com os exames de brucelose e tuberculose rigorosamente em dia.

“A retomada do concurso leiteiro surgiu com o objetivo de valorizar o produtor, incentivar a melhoria da produção e mostrar a força da pecuária leiteira da nossa região. Queremos realizar uma competição

correta, disciplinada e que possa se tornar uma tradição dentro da Expoagro”, afirmou Marcelo Seixas.

Os animais chegarão ao parque na manhã do dia 4 de agosto. No final da tarde, será realizado o chamado esgotamento, procedimento que consiste na retirada completa do leite das vacas antes do início oficial da competição.

As pesagens acontecerão nos dias 5, 6 e 7 de agosto, sempre às 6h e às 18h. No concurso, a produção será medida em quilos, e não em litros. A divulgação dos resultados e a premiação dos cinco primeiros colocados estão previstas para o dia 8.

Além dos R\$ 25 mil em dinheiro, a organização confirmou outros prêmios, como máquinas, calcário, adubo orgânico e surpresas oferecidas pelos apoiadores. Também

haverá uma premiação especial para o produtor que demonstrar maior cuidado com o espaço destinado aos animais, levando em consideração critérios como higiene, organização e conservação da cama.

“Mais do que premiar quem produzir a maior quantidade de leite, queremos levar informação e aproximar produtores, técnicos e empresas. A atividade enfrenta oscilações de preço e precisamos discutir gestão, genética e tecnologia para que mais produtores consigam trabalhar com margem positiva”, destacou Dilmar Golin, Vice-presidente da feira.

Alguns participantes já estão preparando os animais para o ambiente movimentado da feira, utilizando músicas e outros sons durante a ordenha para reduzir possíveis situações de estresse. O concurso será reali-



Competição reunirá 20 animais de dez produtores, com pesagens realizadas entre os dias 5 e 7 de agosto; vencedores serão premiados no dia 8.

zado em um pavilhão próximo ao espaço dos ovinos, em uma área preparada para facilitar a visitação do público.

A realização conta com a parceria da Asrolim, Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural de Rondônia (Emater-RO), Secretaria Municipal de Agricultura, produtores rurais e empresas ligadas ao setor agropecuário.

Marcelo Seixas e Dilmar Golin também parabenizaram Mário Valtran pelo trabalho desenvolvido à frente

da organização da 37ª Expoagro e pelas melhorias realizadas no Parque de Exposições Governador Jorge Teixeira. Eles ainda agradeceram ao presidente de honra da associação, Ivo Cassol, pelo apoio à realização da feira e às ações voltadas ao fortalecimento do setor agropecuário.

A 37ª Expoagro será realizada no Parque de Exposições Governador Jorge Teixeira, em Rolim de Moura, com programação que inclui atividades agropecuárias, oportunidades de negócios e shows nacionais.

Prefeitura de Porto Velho garante gratificação permanente de R\$ 750,00 para 636 servidores da limpeza urbana

Antes mesmo de a cidade despertar, eles já estão nas ruas. Faça chuva ou faça sol, os garis desempenham um trabalho essencial para manter Porto Velho limpa, organizada e mais agradável para toda a população

Em reconhecimento a essa dedicação diária, e como parte da política de valorização do funcionalismo público, a Prefeitura de Porto Velho instituiu uma gratificação própria de R\$ 750 para os servidores que exer-

cem o cargo de gari. A medida representa um importante avanço para a categoria, garantindo maior segurança jurídica e financeira aos profissionais responsáveis pela limpeza urbana da capital.

Ao criar uma gratificação específica para o cargo, a administração municipal assegura que o benefício esteja vinculado à carreira, protegendo os proventos dos servidores no momento da aposentadoria e evitando perdas remuneratórias

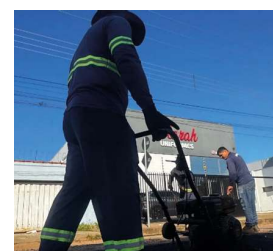
futuras.

A iniciativa contempla 636 garis, reconhecendo o papel essencial desempenhado por esses trabalhadores na manutenção da limpeza, da saúde pública e do bem-estar da população portovelhense.

Para o prefeito Léo Moraes, a medida reafirma o compromisso da gestão com quem dedica o trabalho ao cuidado da cidade. “Os garis são parte importante de uma cidade.

São profissionais que enfrentam as dificuldades e a rotina pesada todos os dias e, mesmo assim, contribuem para uma cidade mais saudável, bonita e organizada. Essa gratificação busca reconhecer esse esforço, trazer mais tranquilidade, garantir direitos e demonstrar o respeito que nossa gestão tem pelos servidores municipais.”

A criação da gratificação integra o conjunto de ações implementadas pela Prefeitura



para fortalecer as carreiras do serviço público, promovendo mais valorização, segurança e reconhecimento aos profissionais que contribuem diretamente para o funcionamento da administração municipal e para a qualidade de vida da população.

Atividade Delegada da Prefeitura integra Operação Caçador em Porto Velho

A Prefeitura de Porto Velho participa, por meio da Atividade Delegada Municipal, da Operação Caçador, iniciada às 6 horas desta sexta-feira, 31 de julho de 2026. A mobilização partiu da sede do 5º Batalhão de Polícia Militar, conhecido como Batalhão Belmont, localizado na avenida Amazonas, esquina com a avenida Guaporé, no bairro Cuniã, na zona Leste da capital.

A operação reúne policiais militares, policiais penais, integrantes da inteligência policial e agentes empregados por meio da Atividade Delegada. A participação municipal ocorre pelo programa que permite a atuação voluntária de profissionais da segurança pública fora das escalas regulares, mediante custeio realizado pelo Município.

Instituída pela Lei Complementar nº 1.003, de 7 de março de 2025, e regulamentada pelo Decreto nº 20.879, de 31 de março do mesmo ano, a Atividade Delegada contempla policiais militares, civis e penais que se apresentaram voluntariamente para trabalhar durante períodos de folga, feriados, finais de semana ou fora do expediente regular.

Na Operação Caçador, o destaque da participação da Prefeitura está no emprego de policiais militares vinculados ao programa. Os agentes integram o efetivo mobilizado para as ações definidas pelo comando da operação, ao lado dos de-

mais profissionais das forças de segurança.

A programação inicial prevê dez dias de atividades. Em cada dia, um oficial ficará responsável pelo comando da operação e pela realização de uma preleção com todo o efetivo antes do início das missões.

Durante a preleção, serão repassadas as diretrizes operacionais, distribuídas as tarefas e apresentados os pontos de bloqueio previstos para cada etapa da operação. As equipes também receberão informações sobre alvos previamente levantados pelo setor de inteligência e orientações relacionadas à atuação tática nos conjuntos residenciais incluídos no planejamento.

O trabalho desenvolvido durante a Operação Caçador

também inclui o apagamento de pichações encontradas nas áreas atendidas. Entre as inscrições estão referências a uma organização criminosa e frases como “baixa o vidro”, apontadas como mensagens utilizadas para amedrontar a população.

A retirada das pichações integra a atuação ostensiva das equipes nos residenciais. A orientação é manter os agentes visíveis e identificados durante as ações, reforçando a presença das forças de segurança nos locais abrangidos pela operação.

O planejamento operacional, a definição dos bloqueios, a distribuição das missões e as orientações táticas ficam sob a responsabilidade dos oficiais e das instituições de segurança en-

volvidas. A Prefeitura de Porto Velho participa da mobilização por meio dos policiais

empregados pela Atividade Delegada Municipal.



ESTADO DE RONDÔNIA PREFEITURA MUNICIPAL DE CHUPINGUAIA - RO

ORDEM DE SERVIÇO

O Prefeito de Chupinguaia (RO), no uso de suas atribuições legais, AUTORIZA, por meio da presente Ordem de Serviço, o início da execução contratual pela empresa abaixo identificada: V & J CONSTRUÇÕES E EMPREENDIMENTOS PARA A AMAZONIA LTDA CNPJ: 12.301.260/0001-86 Proc. Adm. 1037/26 Contrato 168/26 Empenhos 3005/26 3006/26 3007/26 VALOR CONTRATUAL R\$ 465.734,91 (quatrocentos e sessenta e cinco mil, setecentos e trinta e quatro reais e noventa e um centavos). PRAZO DE EXECUÇÃO 120 (cento e vinte) dias corridos. OBJETO: Contratação de empresa especializada em execução de obras e serviços de engenharia para execução de obra de Substituição da Iluminação Pública por Tecnologia LED na Avenida Primavera, no centro do município de Chupinguaia/RO, conforme estabelecido no Termo de Convênio Nº 165/2026/PGE-SEOSP, SOB RESPONSABILIDADE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS – SEMOSP, de acordo com o termo de referência e demais especificações contidas no edital e seus anexos. CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA nº 010/26. Em razão do exposto, fica a empresa CONTRATADA autorizada a iniciar a execução dos serviços.

Chupinguaia/RO, 31 de julho de 2026.

WESLEY WANDERLEY DA COSTA GONÇALVES
Prefeito Municipal



ESTADO DE RONDÔNIA PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO - RO

AVISO DE PRORROGAÇÃO EXTRATO DA - ARP nº 026/2025 PREGÃO ELETRÔNICO nº 031/2025 PROCESSO ADMINISTRATIVO nº 862/2025

O Prefeito Municipal de Alto Paraíso, no uso de suas atribuições torna público, nos termos do Art. 84 da Lei Federal 14.133/2021, a prorrogação da vigência da Ata de Registro de Preço nº 026/2025, com a renovação do quantitativo, cujo objeto é “FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PERECÍVEIS E NÃO PERECÍVEIS QUE SERÃO UTILIZADOS NA MERENDA ESCOLAR DAS ESCOLAS/CRECHES MUNICIPAIS E INSTITUIÇÕES CONVENIADAS, POR UM PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES” no valor Total R\$ 1.634.052,29 (Um milhão seiscentos e trinta e quatro mil, cinquenta e dois reais e vinte e nove centavos). O aviso de Prorrogação da ata na íntegra encontra-se no portal; <http://www.altoparaíso.ro.gov.br/> e <http://www.diariomunicipal.com.br/arom/>, Código Identificador: 724836DB data de circulação 03/08/2026.

Alto Paraíso/RO, 31 de julho de 2026.

JOÃO PAVAN
Prefeito Municipal

Obs.: ARP assinado eletronicamente nos autos respectivos



ESTADO DE RONDÔNIA PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO - RO

AVISO DE REEQUILÍBRIO ECONÔMICO- FINANCEIRO ARP N.º 017/2025 PREGÃO ELETRÔNICO nº 023/2025 PROCESSO ADMINISTRATIVO nº 418/2025

O MUNICÍPIO DE ALTO PARAÍSO, por meio de seu Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais, torna público aos interessados que, conforme análise técnica dos autos e manifestação favorável da Procuradoria Jurídica, será promovida a revisão do equilíbrio econômico-financeiro da Ata de Registro de Preços, com redução dos preços registrados, em razão da comprovada diminuição dos preços de mercado do combustível, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis.

A revisão dos preços registrados na Ata de Registro de Preços, referente ao “SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO VISANDO A FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL”, para atender as necessidades das Secretarias da Prefeitura Municipal de Alto Paraíso – RO”, conforme demonstrado na tabela a seguir:

Nº Item	Unidade	Descrição	Valor da Ata	Valor Revisado
01	Litro	ÓLEO DIESEL S-10	R\$ 7,60	R\$ 7,25
02	Litro	GASOLINA COMUM	R\$ 7,43	R\$ 7,28
03	Litro	ÓLEO DIESEL COMUM	R\$ 7,05	R\$ 6,91

Alto Paraíso, 31 de julho de 2026.

JOÃO PAVAN
Prefeito Municipal
Documento assinado eletronicamente

Educação que transforma: projeto Agente Mirim da Cidadania no Trânsito inicia nova turma em Porto Velho



Entusiasmo, compromisso e muita vontade de aprender marcaram a aula inaugural da nova turma do projeto Agente Mirim da Cidadania no Trânsito, realizada nesta sexta-feira (31), na Escola Estadual Heitor Villalobos, na zona Sul de Porto Velho. Antes do início das atividades, os estudantes do 5º ano demonstraram o espírito do projeto ao apresentar o grito de guerra que acompanhará a turma durante toda a formação.



Desenvolvido pela Escola Pública de Trânsito (EPT), do Departamento Estadual de Trânsito de Rondônia (Detran-RO), o projeto tem como objetivo despertar nas crianças a consciência sobre segurança viária, respeito às leis de trânsito e convivência cidadã. Ao longo dos encontros, os alunos aprenderão, de forma dinâmica e participativa, como agir com responsabilidade nas vias, tornando-se multiplicadores desse conhecimento junto às famílias, amigos e comunidade.

Para o diretor-geral adjunto do Detran-RO, Helberth Aldimas, investir na educação das crianças é uma das estratégias mais eficazes para construir um trânsito mais seguro. "Quando ensinamos

uma criança sobre cidadania e segurança no trânsito, estamos formando um cidadão mais consciente para o futuro e, ao mesmo tempo, levando esse conhecimento para dentro das famílias. É um investimento que gera resultados duradouros e contribui para a construção de uma cultura de paz no trânsito", destacou.

Ao longo dos próximos meses, os alunos participarão de atividades teóricas e práticas que reforçarão esse aprendizado. Ao final da formação, a expectativa é que cada agente mirim leve para além dos muros da escola a mensagem de que a educação é o caminho mais eficaz para transformar comportamentos e construir um trânsito mais humano e seguro para todos.

MPRO é homenageado em aniversário de 61 anos do 5º BEC, em Porto Velho



Homenagem reconheceu apoio às atividades do batalhão.

O Ministério Público de Rondônia (MPRO) foi homenageado na última quinta-feira (30/7) pelo 5º Batalhão de Engenharia de Construção (5º BEC), em Porto Velho, com o Diploma de Agradecimento, por contribuições prestadas às ações da instituição militar. A condecoração ocorreu durante formatura alusiva aos 61 anos do batalhão.

Foram homenageados com o Diploma Amigo do Batalhão o procurador-geral de Justiça, Alexandre Jésus Queiroz Santiago, e a promotora de Justiça do Meio Ambiente, Priscila Matzenbacher Tibes Machado.

O diploma é um reconhecimento prestado a autoridades e personalidades que tenham apoiado as atividades da corporação, cuja atuação é marcada pela cooperação, integração e desenvolvimento da Amazônia.



ESTADO DE RONDÔNIA PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO - RO

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO
003/PJM/2026.

PROCESSO: 1-708/SEMTAS/2025

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE ALTO PARAISO-RO.
CONTRATADA: VG PRIME ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 45.692.866/0001-49, estabelecida na Rua Fortaleza, 5443, Centro, Rolim de Moura - RO.

DA VIGENCIA: tem por objetivo, PRORROGAR o referido Contrato Nº 003/PJM/2026, pelo período de 60 (sessenta) dias, a contar do primeiro dia após o término da vigência inaugural do contrato, tudo em conformidade com o Processo Administrativo 1-708/SEMTAS/2025.

DA RATIFICAÇÃO: Ficam integralmente ratificadas todas as demais cláusulas do contrato original que, expressa ou implicitamente, não conflitem com as disposições deste termo. Obs.: Contrato assinado nos autos respectivo. O Contrato em sua íntegra encontra-se no portal; <http://www.altoparaíso.ro.gov.br/> e <http://www.diariomunicipal.com.br/arom/>, Código Identificador: 01702A59, data de circulação 03/08/2026.

Alto Paraíso/RO, 31 de julho de 2026.

JOÃO PAVAN
PREFEITO MUNICIPAL



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA Departamento Estadual de Trânsito



AVISO DE INTENÇÃO DE REVOGAÇÃO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90016/2025 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0010.002555/2025-33

OBJETO: Contratação de empresa especializada para execução de serviços de planejamento, assessoramento e execução do "1º Circuito de Corrida de Rua", conforme condições, especificações, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência.

O Departamento Estadual de Trânsito – DETRAN/RO, por intermédio de seu Diretor-Geral, torna público aos interessados, a intenção de revogação do Pregão Eletrônico nº 90016/2025, conforme fundamentos contidos na Despacho da Direção Geral do DETRAN/RO (74740889), datado de 30/07/2026.

A medida decorre em razão do transcurso do tempo e do exaurimento do cronograma original sem a perfectibilização do contrato a tempo hábil para a realização das etapas planejadas, restou inviabilizada a execução do objeto na forma delineada no instrumento convocatório, tornando a continuidade do certame original inconveniente ao interesse público, nos termos do art. 71, inciso II e § 2º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

Fica assegurado o prazo de 03 (três) dias úteis para eventual manifestação dos interessados, em cumprimento às disposições do §3º do artigo 71 da Lei nº 14.133/2021 e do artigo 5º, LV, da Constituição Federal.

A íntegra do documento encontra-se no Compras.gov no campo "avisos do pregão eletrônico nº 90016/2025" e no site oficial desta autarquia na aba "licitações".

Porto Velho/RO, 31 de julho de 2026.

SANDRO RICARDO ROCHA DOS SANTOS
Diretor-Geral

Brasil enfrentará Austrália e Índia na primeira Data Fifa pós-Copa do Mundo

A Confederação Brasileira de Futebol (CBF) anunciou nesta quinta-feira (30) os primeiros compromissos da Seleção Brasileira na próxima Data Fifa. A equipe comandada pelo técnico Carlo Ancelotti disputará três amistosos internacionais entre os dias 25 de setembro e 3 de outubro, enfrentando duas vezes a Austrália e, pela primeira vez na história, a seleção da Índia.

Os confrontos contra os australianos serão realizados no próprio país. O primeiro está marcado para o dia 25 de setembro, na cidade de Townsville, enquanto o segundo acontecerá em 29 de setembro, em Brisbane. Na sequência, a delegação brasileira viajará para a Índia, onde enfrentará a seleção local no dia 3 de outubro, em Calcutá.

Os amistosos marcam o início do novo ciclo da Seleção Brasi-

leira sob o comando de Carlo Ancelotti, contratado para conduzir a equipe até a Copa do Mundo de 2030. A comissão técnica pretende utilizar os confrontos para observar atletas, testar formações e ampliar as opções do elenco para as próximas competições internacionais.

Em entrevista ao site oficial da CBF, Ancelotti afirmou que o objetivo é iniciar a renovação da equipe e oferecer oportunidades a novos jogadores. Segundo o treinador, os amistosos servirão para avaliar principalmente jovens talentos que poderão integrar a Seleção nos próximos anos.

"Com esses três amistosos, vamos começar o novo ciclo para projetar a Seleção nos objetivos dos próximos anos, que são a Copa América de 2028 e a Copa do Mundo de 2030. Aproveitaremos os

três amistosos para convocar novos jogadores para a Seleção, sobretudo jovens, que podem mostrar seu talento na Seleção nos próximos anos", afirmou o técnico.

Além do aspecto técnico, os confrontos também representam uma oportunidade para ampliar a presença da Seleção Brasileira em mercados estratégicos do futebol mundial. Austrália e Índia vêm investindo no desenvolvimento da modalidade e recebem com frequência grandes eventos e partidas internacionais, fortalecendo a projeção global da equipe brasileira.

O duelo diante da Índia será histórico, já que marcará o primeiro encontro entre as duas seleções em competições oficiais ou amistosas. Já a Austrália volta a enfrentar o Brasil após um longo período, em partidas que servirão



Equipe comandada por Carlo Ancelotti inicia preparação para a Copa do Mundo de 2030 com três partidas internacionais entre setembro e outubro.

como importante preparação para ambas as equipes.

A próxima Data Fifa também será decisiva para consolidar a filosofia de trabalho de Carlo Ancelotti, que busca formar uma base sólida para as próximas competições.

O principal objetivo da comissão técnica é chegar à Copa América de 2028 e à Copa do Mundo de 2030 com um grupo renovado, competitivo e capaz de recolocar o Brasil na disputa pelos

principais títulos do futebol mundial.

A Copa do Mundo de 2030 será realizada na Espanha, Portugal e Marrocos, com partidas inaugurais previstas também na Argentina, Paraguai e Uruguai, em comemoração ao centenário da primeira edição do Mundial.

Até lá, a Seleção Brasileira terá uma série de amistosos e competições oficiais para consolidar o elenco que representará o país na disputa pelo hexacampeonato.

ASSINE
O JORNAL
DIÁRIO RO
Informação sem fake news
E RECEBA TODAS
AS MANHÃS
ASSINATURA MENSAL: **R\$ 19,99**
LIGUE OU CHAME (69) 3224-2485
CHAME NO WHATSAPP (69) 98103-9995
www.diarioro.com.br | /jornaldiarioro



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL
DE CABIXI - RO

AVISO DE LICITAÇÃO

Torna-se público o Pregão Eletrônico n.º 027/2026, Exclusivo para MPes, de menor preço por Item, Processo n.º 1-1391/2026/SEMUSA, objetivando a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de ultrassonografia, por pessoa jurídica devidamente cadastrada e com número ativo no CNES, utilizando a infraestrutura disponível da rede municipal de saúde, para atender às necessidades da SEMUSA, com sessão pública no dia 18/08/2026, às 09h30 (horário de Brasília-DF), na plataforma Licitanet (www.licitanet.com.br), com valor estimado de R\$ 362.134,04. Edital disponível no PNCP, no site www.cabixi.ro.gov.br, pelo e-mail licitacoes@cabixi.ro.gov.br ou pelo telefone (69) 3345-2553.

Cabixi - RO, 31 de julho de 2026.

Allison Maicon Bento Pretto
Agente de Contratação